



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Fernando Henrique Coelho

EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO:
Um estudo sobre o cargo de contabilista

Brasília - DF
2017

Márcia Abrahão Moura
Reitora da universidade De Brasília

Roberto de Goes Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

José Antônio França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Prof. Paulo Britto
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Diurno

Prof. Elivânio Andrade
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Noturno

Fernando Henrique Coelho

EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO:

Um estudo sobre o cargo de Contabilista

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao curso de graduação em Ciências
Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília
(UnB) como requisito para obtenção do título de
bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais.

Orientadora:

Professora Dra. Rosane Maria Pio da Silva

Brasília – DF

2017

COELHO, Fernando Henrique

Exigências do Mercado de Trabalho: Um estudo sobre o cargo de Contabilista

Fernando Henrique Coelho – Brasília, 2017, 34. p.

Orientadora: Rosane Maria Pio da Silva

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) -- Universidade de Brasília, 2º semestre de 2017.

1. Exigências. 2. Mercado de Trabalho. 3. Harmonização Contábil. 4. Profissional Contabilista.

Fernando Henrique Coelho

EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO:

Um estudo sobre o cargo de Contabilista

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao curso de graduação em Ciências
Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília
(UnB) como requisito para obtenção do título de
bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais.

Orientadora: Dra. Rosane Maria Pio da Silva

Brasília, ____ de Novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Rosane Maria Pio

Professor - Orientador

Professor - Examinador

RESUMO

Um dos questionamentos dos profissionais contabilistas é em relação ao mercado de trabalho, quais as exigências, os requisitos mais cobrados e suas atualizações. Os diversos normativos contábeis exigem atualização constante por parte dos profissionais, especialmente após as mudanças ocorridas em razão da harmonização de padrões. Uma dessas grandes mudanças veio com a lei nº 11.638 instituída em 2007 trazendo diversas alterações dentro da contabilidade. O objetivo geral desse estudo é averiguar quais são as exigências do mercado de trabalho para o cargo de contador e técnico em contabilidade antes e após a instituição da lei 11.638. A pesquisa foi elaborada com base nos classificados empregatícios do jornal correio brasileiro nos períodos de 1997 até 2017, onde foram selecionados 918 anúncios. Conforme os resultados analisados, concluiu-se que houveram mudanças crescentes nas demandas de diversas áreas de conhecimento e das qualificações dentro das exigências do mercado de trabalho logo após o período de advento da referida lei. Evidenciando que, em decorrência das atualizações dos diversos normativos e consequentes impactos destes na contabilidade é de suma importância a capacitação constante por parte dos profissionais contábeis, para que estes possam se manter dentro dos padrões exigidos no mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Exigências. Mercado de Trabalho. Harmonização Contábil. Profissional Contabilista.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Objetivo Geral	8
1.2 Objetivos Específicos	9
1.3 Justificativa.....	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1- Mercado de Trabalho para o Profissional da Contabilidade	10
2.2 – Processo de Harmonização Contábil	11
2.3 Prerrogativas para o Contador e o Técnico em Contabilidade.	14
2.4 Lei 11.638/2007	15
3. METODOLOGIA.....	19
3.1 Evolução no número de classificados.....	19
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	21
4.1. Divisão da Pesquisa	21
CONCLUSÃO.....	33
REFERENCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

Profissionais, estudantes e órgãos da contabilidade demonstram um grande interesse sobre a evolução da profissão de contabilista na sociedade. Buscar saber o que é exigido hoje e o que poderá ser requerido futuramente dentro do mercado de trabalho contabilista, o qual constantemente sofre mudanças, é essencial para a preparação destes profissionais.

Atualmente passamos pela terceira revolução industrial, conhecida como Revolução Técnico-científico-informacional. Esta é responsável por propiciar o máximo desenvolvimento nos meios de comunicação, afetando fortemente a Economia de Mercado em nível global.

Devido a essa internacionalização da economia e a perspectiva de um único mercado, as empresas têm procurado se beneficiarem com uma maior diversidade de captação de recursos, acelerando a competitividade e provocando a necessidade de desenvolver um sistema de informação que harmonize as práticas contábeis e que seja compatível e compreensível para seus diversos usuários.

Com essas mudanças ocorrendo no cenário empresarial internacional, para trazer esse processo de harmonização do Brasil com o International Accounting Standard Board (IASB), com a intenção de ajudar na uniformidade nas demonstrações com o mundo, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07.

O principal objetivo desta nova Lei, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, é a atualização das regras contábeis brasileiras e aprofundamento da harmonização dessas regras com os pronunciamentos internacionais, em especial os emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), por meio dos International Financial Reporting Standards (IFRS), o que exige uma atualização dos profissionais.

Segundo o Jornal Contábil (2016), de alguns anos para cá a Contabilidade tem ampliado bastante o seu alcance, de modo que o mercado de trabalho para o contabilista anda mais aquecido do que nunca. Devido às mudanças nos diversos normativos e à própria dinamização do mercado de contabilidade, a profissão ocupa um espaço de destaque nas organizações.

1.1 Objetivo Geral

Diante deste cenário, o objetivo deste estudo é descrever as exigências para ingresso no mercado de trabalho do profissional contabilista, apresentadas em período anterior e

posterior ao advento da Lei 11.638/2007, com o intuito de identificar a convergência das demandas com as recentes alterações nos padrões de contabilidade.

1.2 Objetivos Específicos

Para o alcance da proposta identificada é apresentado os seguintes objetivos: Identificar nos classificados do Correio Braziliense os anúncios relativos à empregabilidade no âmbito da área Contábil; e descrever os requisitos exigidos para ingresso a partir dos anúncios selecionados.

1.3 Justificativa

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego mostrou forte deterioração na passagem do trimestre móvel encerrado em novembro de 2016 para o trimestre móvel encerrado em fevereiro de 2017, saindo de 11,9% para 13,2%. Segundo Azeredo (2017), o mercado de trabalho reflete o que se passa no cenário econômico. Atualmente passamos por uma forte recessão onde os números de desempregados somam uma quantidade alarmante, o que acaba refletindo em uma grande disputa dentro dos meios de ofício.

Em tempos de crise, para identificar as melhores alternativas de investimento e de manutenção da saúde financeiras das empresas é de suma importância que todas elas tenham a ajuda profissional de um contabilista. Apesar da importância destes, é de extrema necessidade que estes se mantenham capacitados, pois devido à necessidade de adequação as normas internacionais, a contabilidade frequentemente sofre alterações. De acordo com Cavalcante (2008), a contabilidade é uma ciência em constante evolução e seu desenvolvimento está diretamente relacionado com as mudanças do ambiente em que atua e a forma de organização das entidades.

Diante de um mercado de trabalho concorrido, onde sua área de conhecimento é frequentemente atualizada é necessário saber o que é mais requisitado dentro das organizações. Á vista disso, este trabalho justifica-se pela contribuição em apresentar o nível de exigências dos profissionais contábeis dentro do mercado de trabalho em meio a esse ambiente de constantes mudanças, tentando mostrar a necessidade de capacitação constante por parte dos profissionais contábeis para que estes possam se manter dentro dos padrões exigidos.

Tendo em vista a questão norteadora, o trabalho está organizado em: Referencial Teórico, onde foram abordados tópicos sobre a Harmonização Contábil, Mercado de Trabalho, Prerrogativas para os contabilistas e Lei 11.638/07; Metodologia, onde foram

descritos os métodos utilizados para a pesquisa; e Resultados, onde foram apresentadas as exigências do mercado e suas frequências ao longo dos anos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1- Mercado de Trabalho para o Profissional da Contabilidade

Segundo Silva (2014), o mercado de trabalho é uma expressão utilizada para se referir às formas de trabalho que possam existir, sendo remunerados de alguma forma, seja trabalho manual ou intelectual. As pessoas vendem sua força de trabalho por um salário, que pode ser em dinheiro, moradia, bonificação, ou outra forma de recompensa pelo trabalho exercido.

Dentro do mercado de trabalho existem diferentes relações, como a oferta e a demanda. A grande procura por empregos que ofereçam melhores salários e reconhecimento faz com que esse mercado se torne altamente competitivo, uma vez que para cada vaga de emprego oferecida, muitos candidatos apresentarão não só os pré-requisitos mínimos exigidos como também, os seus diferenciais para a candidatura.

Santos, Schmidt e Machado (2005) articulam que é essencial identificar as habilidades e conhecimentos demandados pelo mercado de trabalho para que o profissional contábil desenvolva sua carreira de forma eficaz, desde a sua graduação.

Para Iudícibus e Marion (2009), em termos de mercado de trabalho para o profissional Contador, as expectativas são ótimas, pois, além de um leque diversificado de atividades, estamos entrando em uma era na qual se está começando a reconhecer toda a importância da função contábil.

“Contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional. O estudante que optou por um curso superior de Contabilidade terá inúmeras alternativas.” (Iudícibus, Marion, Faria 2009).

Porém, com as mudanças atuais na contabilidade internacional, têm se exigido algo mais dos profissionais que atuam nessa área. A nova visão de contador é de um profissional que esteja em constante melhoria e aperfeiçoamento, que deixe de ter uma postura de escriturador ou algo voltado apenas para satisfazer as exigências do fisco, e passe a ser um tomador de decisão da empresa, estando apto a direcionar ações e liderar, ou seja, ser um profundo conhecedor da empresa e se tornar um profissional indispensável para a continuidade e o crescimento da mesma.

Iudícibus e Marion (2002) afirmam que o atual cenário de globalização em que as empresas estão inseridas representa desafios e oportunidades de desenvolvimento tanto para o conhecimento contábil como para os contadores, sendo uma das tendências para a evolução da Contabilidade a harmonização dos princípios contábeis diante dos mercados internacionalizados.

“A Contabilidade está diante de novos desafios causados pelas constantes mudanças no cenário econômico mundial onde a economia globalizada, o desenvolvimento do mercado de capitais internacional e o aumento dos investimentos estrangeiros geram a necessidade de utilização de normas e procedimentos que contribuam para reduzir as diferenças das informações contábeis entre os países” (Neto; Dias; Pinheiro, 2009).

Segundo Durigon (2006), o mercado de trabalho está mudando, sendo necessário que o profissional contábil conheça essas novas mudanças, pois hoje não basta apenas atender as necessidades tributárias, é preciso que o contador do século XXI preste informações precisas, dando perfeitas condições aos empresários de como comandar com segurança as suas atividades econômicas. Em face da globalização, o profissional de contabilidade não pode se dedicar exclusivamente a sua profissão, tem que buscar outras áreas de conhecimento, ou seja, um profissional que procura estar aberto para todas as áreas de informação.

2.2 – Processo de Harmonização Contábil

De acordo com Niyama (2007), a necessidade da harmonização contábil se deve ao desenvolvimento tecnológico acentuado na área de comunicações nos últimos anos o que implica numa comunicação em nível global e conseqüentemente no crescimento do comércio internacional, trazendo a globalização de mercados. Apesar dos obstáculos dessa uniformização, são evidenciadas diversas vantagens, Lisboa (1998) lista algumas:

Vantagens: comparabilidade na avaliação do desempenho de empresas em nível mundial; maior facilidade para o ensino da contabilidade, maior facilidade para transferência de pessoal entre as subsidiárias de uma multinacional; maior facilidade para o acesso das empresas a recursos financeiros internacionais; permite harmonização de pré-requisitos para que as empresas possam ter seus papéis negociados em diferentes bolsas de valores.

Desvantagens: não reconhece que diferentes países precisam de normas diferentes, de acordo às suas especificidades culturais, legais e econômicas; a harmonização implica na redução de opções de práticas contábeis bem fundamentadas.

Tendo em vista a contabilidade como a principal linguagem dos negócios e a grande importância de seu entendimento por parte dos usuários é evidente que apesar das barreiras é necessário o processo de harmonização.

2.2.1 Causas das diferenças internacionais.

Segundo Niyama (2006), não há uma data exata que defina o início dos estudos sobre Contabilidade internacional, mas pode-se traçar uma linha divisória por volta de 1950-1960, após o término da Segunda Guerra Mundial e o restabelecimento do comércio internacional mundial.

O autor destaca que a contabilidade de um país pode ser melhor compreendida quando se conhecem os fatores que influenciaram o seu desenvolvimento. Assim, pode-se constatar que a contabilidade é influenciada pelo ambiente em que atua, ou seja, dependendo dos fatores de natureza cultural, social, econômico e política, a contabilidade terá processos e resultados diferentes no que tange a regulamentação e normatização em cada país.

“A Contabilidade, por ser considerada uma ciência social, sofre grandes influências dos aspectos culturais, históricos, políticos e econômicos do ambiente em que atua, influenciando nas práticas contábeis de cada país.” (Katsumi; Tibúrcio, 2008).p15

Diversos autores enumeram os principais fatores dessas diferenças internacionais. Niyama, através de uma comparação das razões identificadas pelos principais autores que abordam o tema, destaca as principais causas que tiveram maiores discussões que são:

2.2.1.1 Estrutura jurídica e legal de um país

Países que adotam o sistema do common law, não possuem a característica de dispor, em seu Ordenamento Jurídico, uma série de previsões legais que devem ser observadas pelas empresas ao elaborarem a sua contabilidade. Com isso, países que adotam o common law tendem a serem propícios às inovações em termos contábeis, além de as companhias estarem autorizadas a emitir financial reportings com maior liberdade, inspirada dentro do princípio da visão justa e verdadeira (true and fair value), que tende a ser mais transparente para os acionistas. Já em países que adotam o sistema cod law, é requerido um grau de detalhamento das regras a serem cumpridas, incluindo procedimentos a serem observados pelas empresas.

Nesse sentido, há menos flexibilidade na preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Além disso, esse sistema dá maior ênfase aos credores.

2.2.1.2 Mercado de capitais como principal provedor de recursos

Analisando as sociedades nos diferentes países, são evidenciadas diversas formas de captação de recursos. Dentre elas, duas são mais frequentes, as com recursos oriundos do crédito bancário ou fonte governamental e as com características voltadas para o financiamento com recursos do mercado de capitais que hoje é dita como a principal.

Reconhecer quem provê o capital da empresa é de suma importância, pois impacta diretamente na preparação e evidenciação do *financial reporting*. Se um país tem características voltadas para financiar suas empresas com recursos oriundos do mercado acionário, tenderá a apresentar demonstrações que privilegiem seus acionistas. Por outro lado, se um país tem características voltadas para financiar suas empresas com recursos oriundos de crédito bancário ou fonte governamental, tenderá a privilegiar o credor bancário ou governamental.

“Em suma, como os investidores são os principais usuários das informações contábeis, a contabilidade torna-se responsável por utilizar ferramentas que beneficiem essas informações a esses usuários (investidores de mercado de capitais) de forma confiável e para que possam continuar alocando recursos nas empresas.”
(Niyama; 2017).p193

2.2.1.3 Nível de amadurecimento e status da profissão contábil

Quando queremos contratar algum serviço ou adquirir mercadorias, começamos procurando por grandes nomes, que possuem maior status. Na profissão contábil não é diferente, quanto mais desenvolvido for o sistema contábil de um país, maior a necessidade de profissionalização e aperfeiçoamento dos contadores, refletindo positivamente na qualidade e melhoria das informações contábeis.

“O status da profissão contábil acaba influenciando positivamente na qualidade das demonstrações contábeis elaboradas e os relatórios de auditoria são considerados, de forma geral, como mais confiáveis e independentes”.
(Niyama;2006)p26

Onde a profissão contábil for fraca e pouco atuante, as demonstrações contábeis produzidas por esses profissionais terão sua qualidade comprometida, porém, quanto maior o status da profissão contábil, maior é a qualidade das informações e da influência na elaboração das normas contábeis. Com a introdução de novas leis e novos conceitos, como a lei 11.638/07, é que aparecem oportunidades para que a profissão contábil possa influenciar na edição de normas contábeis. Entretanto, a edição de normas ainda é fortemente influenciada pelo sistema tributário, ou ainda pelos organismos reguladores como Banco Central e demais agências governamentais.

2.2.1.4 Vinculação a Legislação Tributária

De um lado temos países que a legislação tributária determina efetivamente os padrões contábeis, pois as empresas precisam registrar suas receitas e despesas na sua contabilidade para contribuir com os tributos incidentes sobre os fatos. Do outro lado temos países que a contabilidade financeira é separada da tributária, ou seja, a contabilidade é registrada formalmente e depois disso o lucro tributável é calculado e apurado separadamente.

2.2.1.5 Desenvolvimento da teoria da contabilidade

Como visto anteriormente existem países onde a profissão é mais forte e atuante outros onde pelo fato de as normas contábeis são emitidas pelos organismos governamentais, torna-se fraca menos atuante. Com isso, onde a profissão contábil é forte e operante, existe uma estrutura conceitual e um arcabouço teórico melhorado e avançado, privilegiando os usuários das informações, ao contrário dos outros países o qual não tem uma influencia na melhoria do arcabouço conceitual.

2.3 Prerrogativas para o Contador e o Técnico em Contabilidade.

Profissional Contabilista é termo utilizado para se referir aos Contadores e Técnicos Contábeis. O contador é aquele profissional que possui um diploma de ensino superior em Ciências Contábeis, além de ter sido aprovado no exame de suficiência do Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Por outro lado, o técnico em contabilidade é aquele profissional que possui um curso técnico na área, geralmente um curso profissionalizante não considerado curso superior, e que, ainda que também tenha sido aprovada no CRC.

Entretanto, de acordo com a Lei nº 12.249/2010, que atualizou o Decreto-lei nº 9.295/1946, o registro em CRC como Técnico em Contabilidade será assegurado até 1º de

junho de 2015. Após essa data, somente bacharéis em Ciências Contábeis poderão obter o registro como Profissional da Contabilidade. No entanto, quem já estiver registrado poderá continuar exercendo a profissão normalmente.

Apesar desses profissionais exercerem algumas funções parecidas e trabalharem no mesmo ambiente, um possui limitações em relação ao outro. As prerrogativas profissionais dos Técnicos em Contabilidade bem como dos Bacharéis em Ciências Contábeis estão previstas nos Arts. 25 e 26 do Decreto-lei nº 9.295/46, de 27 de maio de 1946:

“**Art. 25** São considerados trabalhos técnicos de contabilidade:

- a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- c) perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extra-judiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

Art. 26 Salvo direitos adquiridos ex-vi do disposto no art. 2º do Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, as atribuições definidas na alínea c do artigo anterior são privativas dos contadores diplomados.”

De maneira geral, os profissionais contabilistas são responsáveis pela parte financeira de uma empresa e a prestação de contas da instituição. Eles atuam com escrituração fiscal e contábil, registros de transações financeiras, cálculos de impostos, juros e taxas, elaboração de demonstrativos financeiros e balancetes, acompanhamento de contas, receitas e despesas e análise de contas patrimoniais e controle patrimonial. A limitação do técnico é com relação aos trabalhos de auditoria, perícia e análise de balanços, o qual o contador tem total liberdade.

2.4 Lei 11.638/2007

Em 28 de dezembro de 2007, a CVM promulgou a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (6.404, de 15 de dezembro de 1976). A referida lei 11.638/07 teve sua origem no Projeto de Lei nº 3.741/200, de iniciativa desta CVM junto ao Executivo, cuja finalidade maior era possibilitar a eliminação de algumas barreiras regulatórias que impediam a inserção total das companhias abertas no processo de convergência contábil internacional.

As vantagens de toda essa normatização das normas brasileiras com as normas internacionais já são conhecidas por todos, e diante deste contexto, Braga e Almeida (2008) ressaltam que a Lei 11.638/07, ao possibilitar essa convergência internacional, irá permitir, no futuro, o custo reduzido e uma taxa de riscos menores para o acesso das empresas brasileiras à capitais externos.

O artigo 9º da referida lei estabeleceu a sua entrada em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao lado da sua publicação. Dessa forma, considerando que a lei 11.638/07 foi publicada no Diário Oficial da União de 28/12/2007, ela passou a vigorar para as demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008. Tendo em vista que a lei societária regula as demonstrações financeiras (art. 176), as quais são elaboradas no final do exercício social, a CVM entende que as alterações, relativas a demonstrações financeiras contidas na Lei nº 11.638/07, deveriam produzir os seus efeitos iniciais sobre as demonstrações elaboradas para atendimento ao referido art. 176, cujo exercício se iniciou a partir de 1/1/2008, independentemente da data do seu encerramento.

Essas novas regras foram aplicadas não só nas demonstrações encerradas em 31/12/2008, mas, ainda, nos demais casos de elaboração, em 2008, de outras demonstrações financeiras previstas na lei societária como, por exemplo, o levantamento de balanço especial eventualmente elaborado para atendimento nos arts. 45 e 204 da lei societária. No caso das companhias que iniciaram o exercício antes de 1º de janeiro 2008, as alterações da lei nº 11.638/07 consequentemente foram aplicáveis às demonstrações financeiras encerradas a partir de 2009.

Em resumo, os Quadro 1A, 1B e 2 mostram as alterações estabelecidas para as companhias abertas pela Lei nº 11.638/07:

Quadro 1A: Balanço Patrimonial antes do advento da Lei 11.638/07

ATIVO	PASSIVO
-Ativo Circulante	-Passivo Circulante
-Ativo Realizável a longo Prazo	-Passivo Exigível a Longo prazo
-Ativo permanente	-Resultados de Exercícios Futuros
. Investimentos	-Patrimônio Líquido
. Imobilizado	. Capital Social
. Diferido	. Reservas de Capital
	. Reservas de Reavaliação
	. Reservas de Lucros
	. Lucros ou prejuízos acumulados

Fonte: Lei 6.404/76

Quadro 1B: Balanço Patrimonial após o advento da Lei 11.638/07

ATIVO	PASSIVO
-Ativo Circulante -Ativo Realizável a longo prazo -Ativo permanente . Investimentos . Imobilizado . Diferido . Intangível	-Passivo Circulante -Passivo Exigível a Longo Prazo -Resultados de Exercícios Futuros -Patrimônio Líquido . Capital Social . Reservas de Capital . Ajustes de avaliação Patrimonial . Reservas de Lucros . Ações em Tesouraria . Prejuízos acumulados

Fonte: Lei 11.638/07

A Lei 11.638/07 trouxe um novo subgrupo dentro do Ativo permanente que é o Ativo Intangível, o qual agrupa bens incorpóreos representados por bens e direitos associados a uma organização. A referida lei trouxe também dois novos subgrupos dentro do Patrimônio líquido que são: Ajustes de avaliação Patrimonial, que tem a função de receber os valores que pertencem ao patrimônio da entidade e que tiveram seus valores revistos; e Ações em Tesouraria, que são as ações ou quotas adquiridas pela companhia.

Quadro 1C: Balanço Patrimonial atual, Lei 11.941/09

ATIVO	PASSIVO
-Ativo Circulante - Ativo Não Circulante . Realizável a Longo Prazo . Investimentos . Imobilizado . Intangível	-Passivo Circulante - Passivo Não Circulante -Patrimônio Líquido . Capital Social . Reservas de Capital . Ajustes de Avaliação Patrimonial . Reservas de Lucros . Ações em Tesouraria . Prejuízos Acumulados.

Fonte: Lei 11.941/09

Após os ajustes, com o advento da lei 11.941/09 o balanço patrimonial trocou o Ativo permanente pelo Ativo não Circulante o qual passou a englobar o Realizável a Longo Prazo e retirou o subgrupo ativo diferido. Além disso, adicionou o grupo passivo não Circulante e retirou os grupos Passivo Exigível a Longo prazo e Resultados de Exercícios Futuros.

Quadro 2: Outras alterações nas demonstrações contábeis

Lei 6.404/76	Lei 11.638/2007
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR	Demonstrações de Fluxo de Caixa – DFC
Demonstração de Valor Adicional não obrigatória para publicação	Obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para as companhias abertas.
Os aumentos dos valores nos saldos de ativos eram registrados com Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido.	Os aumentos ou diminuições de valores nos saldos de ativos e passivos Decorrentes de avaliações e preço de mercado serão registrados na conta de Ajuste a Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.
Nas operações de Incorporação, fusão ou	Nos casos de fusão, cisão ou incorporação os

cisão, os saldos poderão ser registrados pelos valores contábeis.	saldos serão registrados a valor de mercado.
Companhias abertas obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis devidamente auditadas. Companhias fechadas obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis.	Companhias abertas e as sociedades de grande porte de capital fechado são obrigadas a apresentar demonstrações contábeis segundo os mesmos padrões da Lei das S.A's e auditadas por auditores independentes
A escrituração Contábil efetuada de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, podendo registrar nos livros comerciais ou em livros auxiliares os ajustes decorrentes da legislação tributária.	Deverá ocorrer a segregação entre escrituração mercantil e tributária
A CVM lançava normas contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.	CVM lança normas contábeis em consonância com as normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).
Sociedades Controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.	Sociedades Controladas, sociedades que fazem parte do mesmo grupo que esteja sob influência e controle comum, devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Fonte: Lei 11.638/07

Tendo em vista as diversas alterações advindas da Lei 11.638/07 é evidente a necessidade de educação continuada pelos profissionais Contabilistas. Em decorrência das atualizações dos diversos normativos e consequentes impactos destes na contabilidade, a capacitação profissional para contadores exige, entre outras características, que o profissional seja flexível, proativo e sempre conectado com as mudanças no mundo corporativo e contábil. Cabe ao contador observar não só os Princípios de Contabilidade, mas as Resoluções e Normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, assim como os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. METODOLOGIA

Em razão do objetivo proposto, esta pesquisa enquadra como pesquisa descritiva, que segundo Diehl e Tatim (2004, p.54) é descrito um conjunto informações que poderá definir particularidades acerca da população pesquisada, dadas algumas disparidades. Este conjunto de informações torna-se essencial para aqueles que tenham algum tipo de interesse ou que se relacione de alguma forma com a classe Contábil.

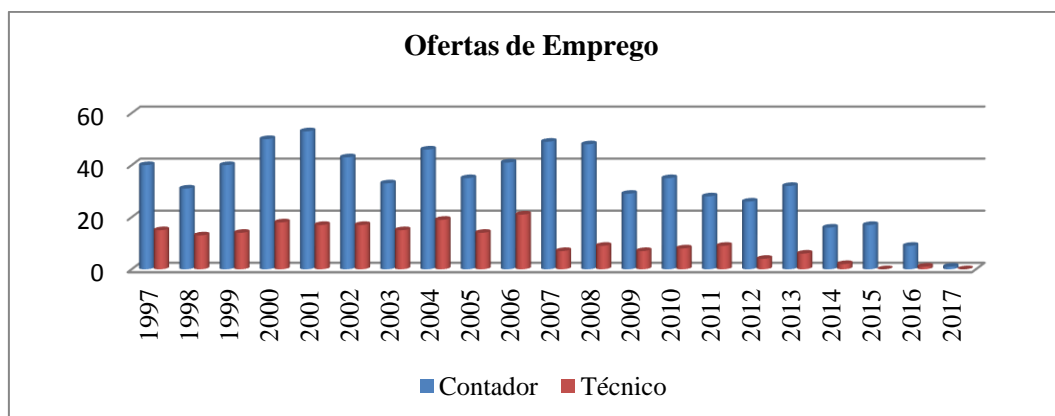
A coleta de dados foi realizada através de pesquisa documental, idealizada a partir da consulta a uma série histórica de classificados de empregos do jornal Correio Braziliense, relativo ao mercado de trabalho na cidade de Brasília. Os dados foram obtidos através dos classificados de domingo, por ser o dia da semana que traz a maior quantidade de ofertas de emprego.

Foram avaliados os classificados com maior destaque de tamanho no anúncio por representarem o maior nível de detalhamento nas exigências. A consulta foi realizada de janeiro de 1997 a janeiro de 2017, sendo o ano com 52 ou 53 domingos, totalizando 1060 dias. Dentro desse período foi selecionada a amostra de 702 classificados para Contador e 216 para técnico.

A partir da pesquisa documental, a análise foi estruturada com a apresentação da frequência das qualificações exigidas pelos empregadores no decorrer dos 20 anos.

3.1 Evolução no número de classificados

Gráfico 1: Ofertas de Emprego para Contadores e Técnicos



Fonte: Dados da pesquisa 2017

Ao longo da pesquisa houve uma redução significativa nos classificados de destaque, o determinou um obstáculo para a proposta do estudo, visto que eram estes os quais traziam especificadamente as exigências nos classificados empregatícios do jornal.

Conforme descrito a oferta de empregos apresentava variação de 30 a 50 oportunidades por ano até 2008 para o cargo de contador, a partir de 2009 começa a ter uma redução no numero de ofertas de destaque para o cargo de contador. Para técnico mostra uma variação de 10 a 20 ofertas por ano até 2006, a partir de 2007 é possível ver uma redução que varia em torno de 5 a 10, já a partir 2012 ocorre uma grande redução no numero de ofertas, variando de 0 a 5 por ano.

Tendo em vista o gráfico, sabendo da redução no número de classificados que trazem detalhadamente as especificações, as análises das evoluções foram feitas com base na porcentagem relativa ao total obtido de cada ano.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Divisão da Pesquisa

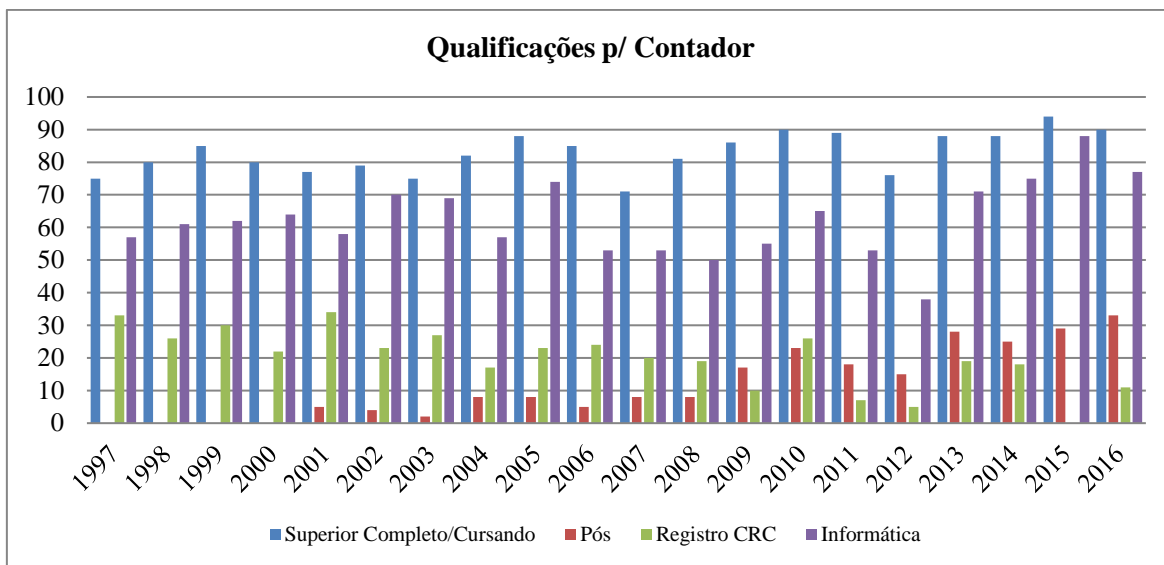
A pesquisa foi dividida entre duas funções, de Técnico Contábil e de Contador. Com relação às exigências do mercado, foram divididas em tempo de experiência, qualificação e áreas de conhecimento.

A divisão Qualificação é referente ao nível de formação profissional; a divisão Áreas de Conhecimento é referente aos segmentos da contabilidade; e a terceira divisão é com relação ao Tempo de Experiência Exigido pelas organizações.

4.1.1 Qualificação

Segundo José (2012), qualificação é a preparação de um indivíduo através de uma formação profissional ou especialização para que ele possa aprimorar suas habilidades e executar funções específicas demandadas pelo mercado de trabalho. Para a análise, foram selecionados para o contador: Ensino Superior, Pós Graduação, CRC e conhecimentos de informática; para Técnicos: 2º Grau, Formação Técnica, CRC e conhecimentos de informática.

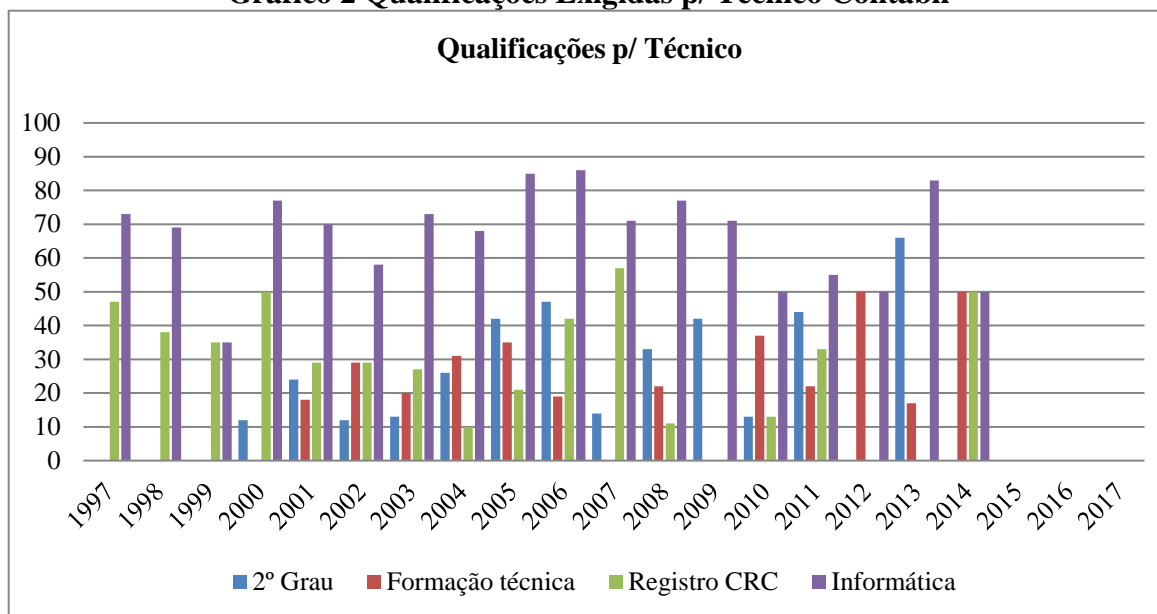
Gráfico 1 Qualificações Exigidas para Contador



Fonte: Dados da pesquisa 2017

De acordo com o gráfico, no que diz respeito às qualificações para contador, o ensino superior, mesmo sendo um requisito obrigatório para exercer função, é o mais exigido, se mantendo praticamente constante antes e após o advento da lei, com presença média em 87% dos classificados. Em segundo lugar vem à informatização que é exigido em média em 68% dos classificados tendo sua exigência praticamente constante em todo o período. Com relação ao Registro no Conselho, este se manteve em média em 25% dos classificados até 2007, e após o advento da lei é possível notar uma redução variando entre 12% nos classificados. E por último a pós, o qual teve um grande crescimento na demanda a partir de 2008, passando a ser exigida em média por 20 a 30% dos empregos.

Logo, é possível notar que o Ensino superior e a informatização tiveram médias praticamente constantes ao longo do período. A demanda do Registro do conselho teve uma redução após o advento da lei em estudo e a exigência da Pós um aumento.

Gráfico 2 Qualificações Exigidas p/ Técnico Contábil

Fonte: Dados da Pesquisa 2017

Conforme os resultados apresentados, as qualificações analisadas para o técnico contábil tiveram uma forte oscilação durante todo o período, tendo como exigência predominante a informatização, aparecendo em média em 60% dos classificados. Em segundo lugar, mesmo sendo um pré-requisito obrigatório para exercer a função, está o Registro no Conselho, tendo presença média de 38% nos classificados até o advento da lei em 2007.

A partir de 2008 o Registro passou a ser pouco exigido, com média de presença em 10% dos classificados. A exigência do ensino médio até 2007 apresentou uma média de 17%, após o advento da lei teve um aumento em sua exigência, tendo media de 20%. E por último, também pouco exigido para os técnicos é a comprovação da formação técnica, o qual apresentou uma média de 14% até 2007 e após o advento da lei até 2017, um crescimento em sua exigência apresentando uma média de 20%.

É possível observar, a partir da análise, que todas as qualificações para técnico tiveram um aumento em sua demanda, com exceção do Registro no Conselho o qual pode ser justificado com a Lei nº 12.249/2010, que atualizou o Decreto-lei nº 9.295/1946, dizendo que o registro em CRC como Técnico em Contabilidade será assegurado até 1º de junho de 2015.

4.1.2 Áreas de conhecimento

De acordo com de Paula (2016), assim como outras ciências e atividades profissionais, a contabilidade também pode ser dividida em diversas ramificações, seja para fins didáticos ou acadêmicos e profissionais. Há também especializações, criadas pela legislação

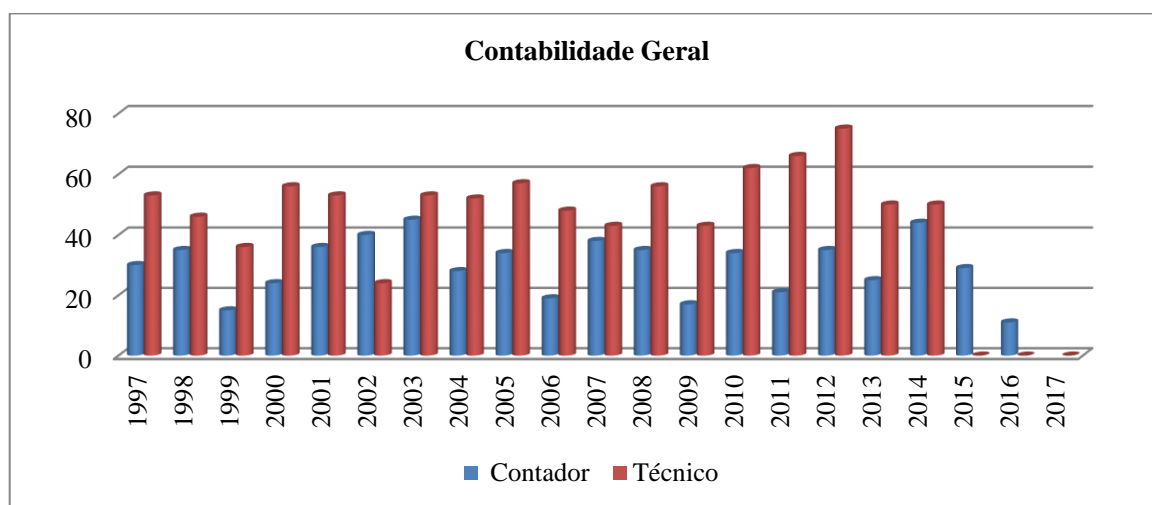
(principalmente a brasileira) ou necessidade específica do mercado. De acordo com essas premissas, a etapa de análise das áreas de conhecimento foi dividida nos grupos e subgrupos:

Quadro 3: Áreas de conhecimento na Contabilidade

CATEGORIAS	CONHECIMENTOS
Contabilidade Geral	Escrituração Contábil, Registros, análise e Conciliação de demonstrativos.
Contabilidade Financeira	Fluxo de caixa, Aplicação de recursos financeiros, conhecimentos Cont. Societária.
Contabilidade Fiscal/Tributária	Cálculo e gerenciamento de tributos.
Contabilidade Gerencial	Controladoria, aspectos gerenciais Custos de produção e distribuição.
Contabilidade Social	Legislação trabalhista e Previdenciária.
Contabilidade Pública	Contabilidade das Entidades Públicas.
Auditoria e Controle Interno	Auditoria interna e externa, Governança Corporativa e gerenciamento de controles internos;

Fonte: Cosif Portal de Contabilidade

Gráfico 3 Demanda Contabilidade Geral p/ Técnicos e Contadores



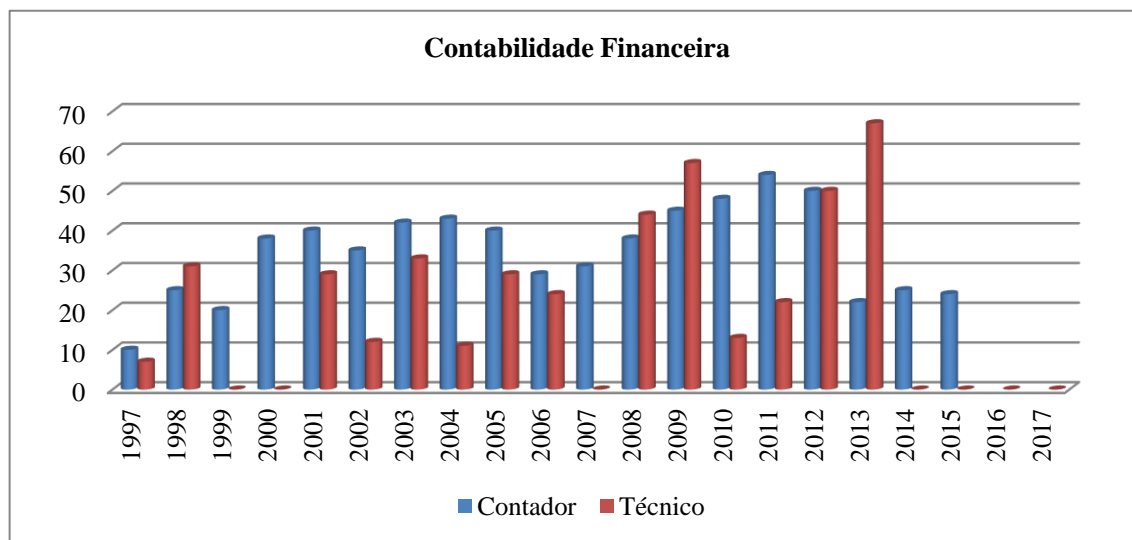
Fonte: Dados da pesquisa 2017

O artigo 177, parágrafo 2º inciso II da Lei 11.638 trouxe uma nova possibilidade, além da originalmente prevista em lei societária, de segregação entre a escrituração mercantil e a escrituração tributária. Após a atualização, se nota um impacto considerável na demanda da Escrituração Contábil para técnicos nos cinco primeiros anos, tendo uma grande redução a partir de 2015. Já para contador apesar das oscilações ao longo do período, a média de 30% se manteve constante antes e após o advento da lei.

É possível notar que a exigência escrituração vem com uma frequência maior pelo técnico, tendo uma média de 50% de frequência dentro dos classificados até 2007 e a partir de

2008 um aumento nos primeiros anos. Novamente é possível notar uma redução considerável a partir de 2015, o qual a exigência da escrituração para técnico é nula.

Gráfico 5: Demanda Contabilidade Financeira p/ Técnicos e Contadores



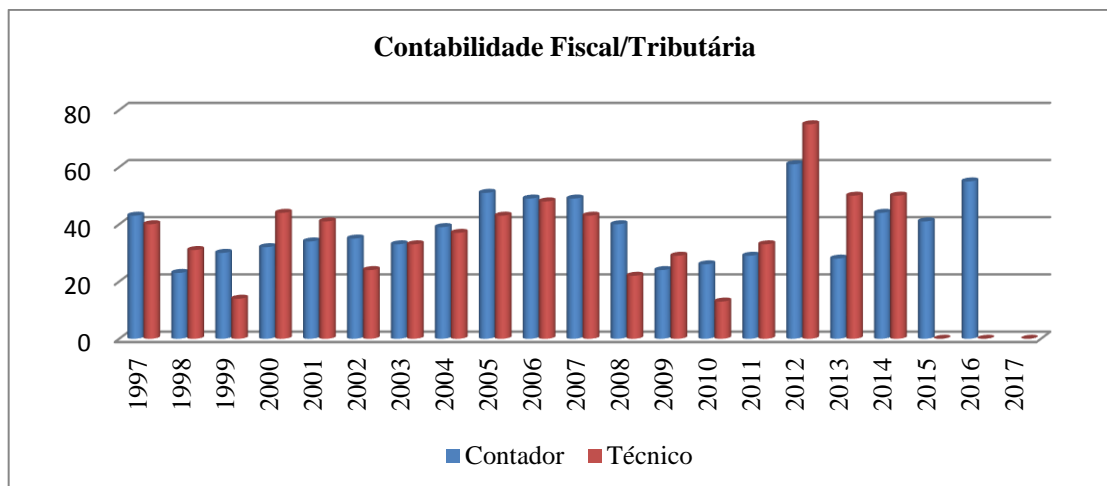
Fonte: Dados da pesquisa 2017

De acordo com os resultados demonstrados a cima, a contabilidade financeira nos primeiros períodos após o advento da lei em estudo passou a ser mais exigida pelas organizações tanto para técnico como para contador. Esse grande aumento de frequência após o advento da lei em estudo se deve não só as diversas mudanças, mas por essa área de conhecimento agrupar o conhecimento da Contabilidade Societária o qual surgiu somente em 2007 com a Lei 11.638/07, que aborda os aspectos contábeis societários. Esse preceito substituiu a antiga Lei das Sociedades por Ações (6404/76) e trouxe conceitos diferentes a respeito dos registros contábeis.

Tendo em vista o gráfico 5, para o técnico apesar da grande redução a partir de 2014 teve um aumento na exigência da contabilidade financeira após o advento da lei, indo de 17% a 25%. Para o Contador teve uma manutenção constante até 2007 de 32%, após o advento da lei houve um aumento temporário e a partir de 2015 uma redução considerável na exigência da contabilidade financeira, o que acabou não variando muito em relação aos dez primeiros anos.

É importante notar que a contabilidade Financeira em relação às outras áreas é bastante exigida para as duas funções, apresentando variações de até 70%.

Gráfico 6: Demanda Contabilidade Fiscal/Tributária p/ Técnicos e Contadores



Fonte: Dados da pesquisa 2017

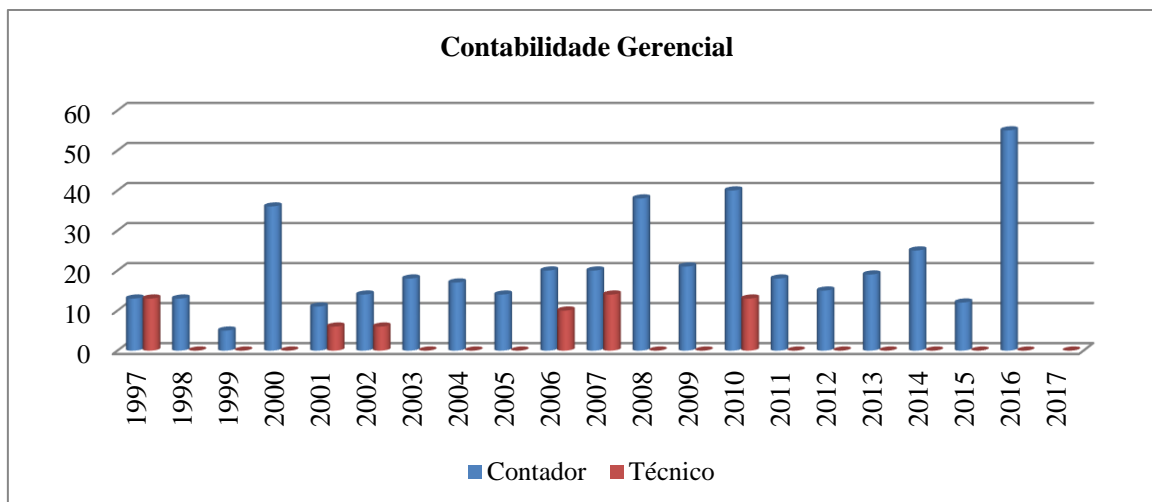
Em dezembro de 2008 foi publicada a Medida Provisória 449, já promovendo mudanças na própria Lei 11.638/07 e estabelecendo, dentre outras tantas alterações da legislação tributária, em seus artigos 15 a 22, o Regime Tributário de Transição (RTT).

O RTT trata dos ajustes tributários decorrentes da nova metodologia contábil introduzida pela Lei no 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da própria MP 449/08, estabelecendo neutralidade tributária para as eventuais diferenças de valores apuradas em decorrência da adoção dessas novas normas contábeis. Logo após isso, em 2009, veio à instituição da Lei 11.941/09 dita como Lei Fiscal, o qual trouxe outras alterações nessa área.

Sabendo das mudanças, conforme os dados apresentados, a contabilidade Fiscal/Tributária, tanto para contador como para técnico, teve um pequeno aumento até 2007, a partir de 2008 houve uma redução até 2010 seguida de aumento nos próximos anos para ambos os cargos e 2015 a exigência dos conhecimentos tributários fica nula para técnico. Apesar da grande oscilação presente no gráfico foi mantida a média de exigência de 38% antes é após a lei para os contadores. Já para técnicos houve uma redução após o advento da lei em estudo, indo de média 16% a 10%.

Tendo em vista a análise, é observável que a contabilidade Fiscal/Tributária, apesar da redução em 2015, em relação às outras áreas de conhecimento é a mais exigida tanto para técnico quanto para o contador, apresentando variações também de até 70%.

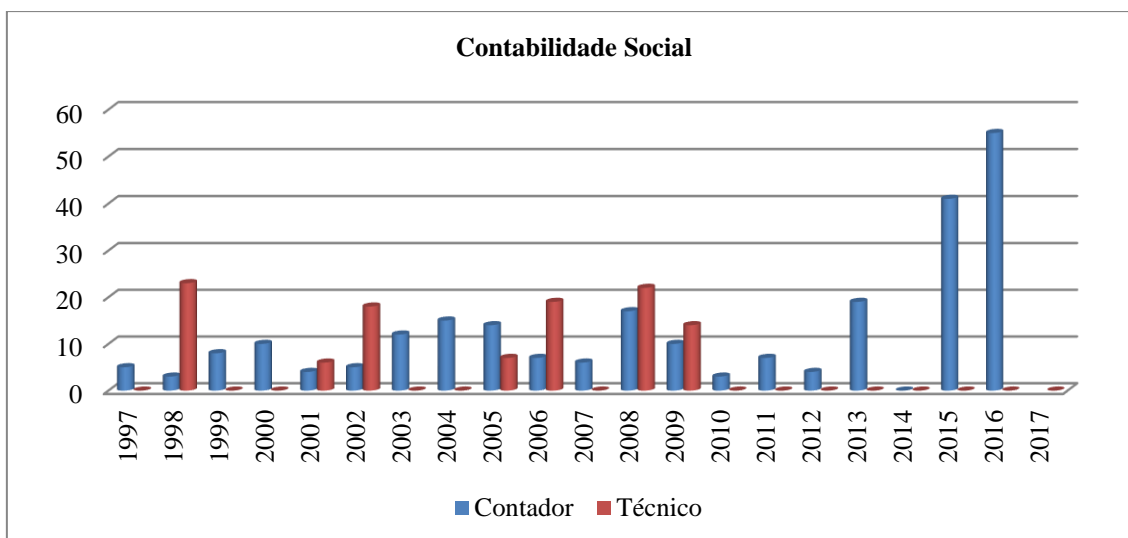
Gráfico 7: Demanda Contabilidade Gerencial p/ Técnicos e Contadores



Fonte: Dados da Pesquisa 2017

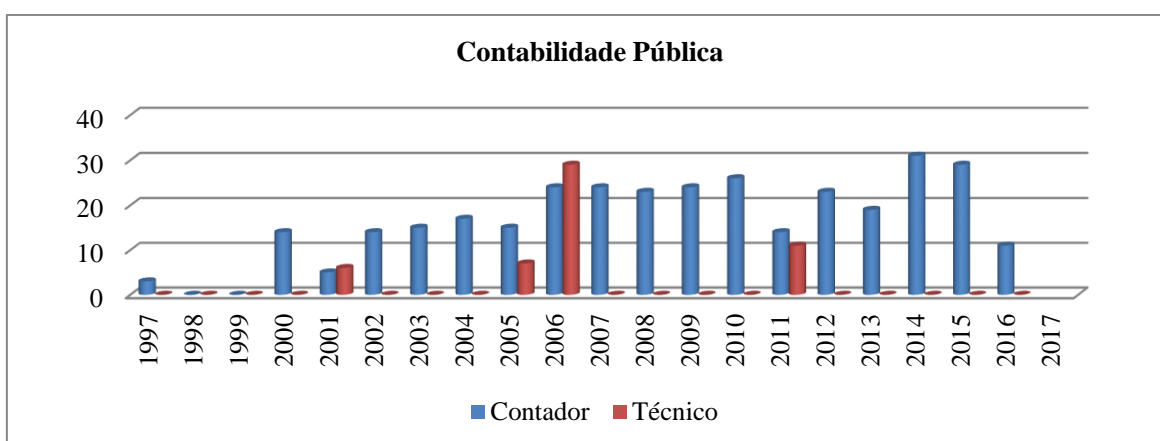
A contabilidade gerencial é exigida em 16% dos classificados em média até 2007 para os contadores, tendo um aumento pra 23% média após o advento da lei. Para os técnicos a Contabilidade Gerencial foi pouco pedida e teve oscilações poucos expressivas ao longo do período, não tendo impactos relacionados com a lei em estudo.

Dentro da Contabilidade Gerencial, foi incluído o conhecimento de custos, o que não teve alterações consideráveis na Lei em estudo, porém com a chegada das NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) é implantado a efetiva contabilidade de custos (a Lei de Responsabilidade Fiscal já determinava a implantação de uma contabilidade de custos, mas faltava dizer "o como"), o que trará uma maior exigência dessa área nos próximos anos.

Gráfico 8: Demanda Contabilidade Social p/ Técnicos e Contadores

Fonte: Dados da Pesquisa 2017

A exigência de conhecimentos relacionados às legislações previdenciárias e trabalhistas foi pouco expressiva para as duas funções. Para técnico houve variações em períodos aleatórios, já para o contador, verificou-se também grandes oscilações, mas vale destacar que houve um aumento em sua exigência nos próximos anos após o advento da lei em estudo, em especial nos anos de 2015 e 2016, indo em média de 9% para 17%. Isso se justifica pelo fato de atualmente estarmos vivenciando um período de recessão, onde os níveis de aposentadoria e desemprego estão em alta, sendo requisitados maiores conhecimentos previdenciários e trabalhistas.

Gráfico 9: Demanda Contabilidade Pública para Técnicos e Contadores

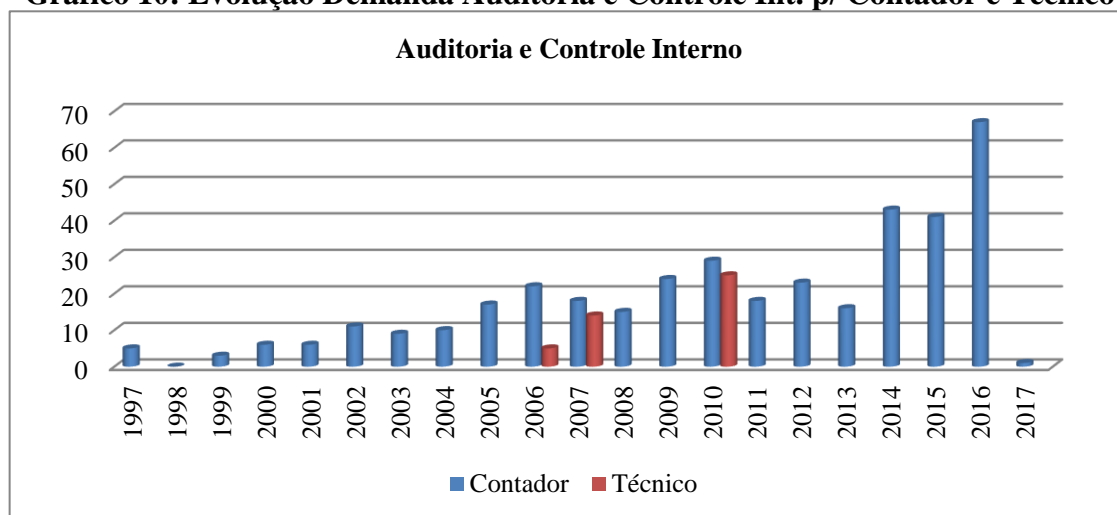
Fonte: Dados da Pesquisa 2017

Com relação à Contabilidade Pública, a lei em estudo não trouxe mudanças consideráveis dentro dessa área de conhecimento. Porém, com a adaptação às Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS). Depois

da normatização e adequação das empresas privadas, é chegado o momento de municípios, estados e União iniciarem o processo de entrar em consonância com os padrões internacionais. Isso inclui todos os órgãos públicos, dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Em janeiro de 2017 passou a vigorar o primeiro conjunto de normas internacionais voltadas ao setor público, além da Estrutura Conceitual da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), publicada em outubro de 2016, o que provavelmente trará uma maior exigência nos conhecimentos dessa área de conhecimento nos próximos anos.

De acordo com os resultados do gráfico 9, a contabilidade Pública é pouco exigido para os técnicos contábeis, tendo oscilações em períodos aleatórios. Já para o Contador houve um aumento na demanda da contabilidade Pública após o advento da lei, indo de uma média de 12% nos primeiros dez anos para 22% nos últimos anos.

Gráfico 10: Evolução Demanda Auditoria e Controle Int. p/ Contador e Técnico



Fonte: Dados da Pesquisa 2017

Com relação à demanda de conhecimentos a respeito da Auditoria e Controle Interno para o técnico foi observado oscilações pouco expressivas em períodos aleatórios, justificada pelo Art. 3 da Resolução CFC nº 560/83 o qual diz que a execução de trabalhos de auditoria são atribuições privativas de contador devidamente habilitado não sendo permitido por lei a realização desses trabalhos por técnico em contabilidade nem qualquer outro profissional de nível superior. O leigo que execute trabalhos técnicos privativos de contabilista poderá ser autuado e penalizado com base no Decreto-lei e nas normas que regem a profissão contábil.

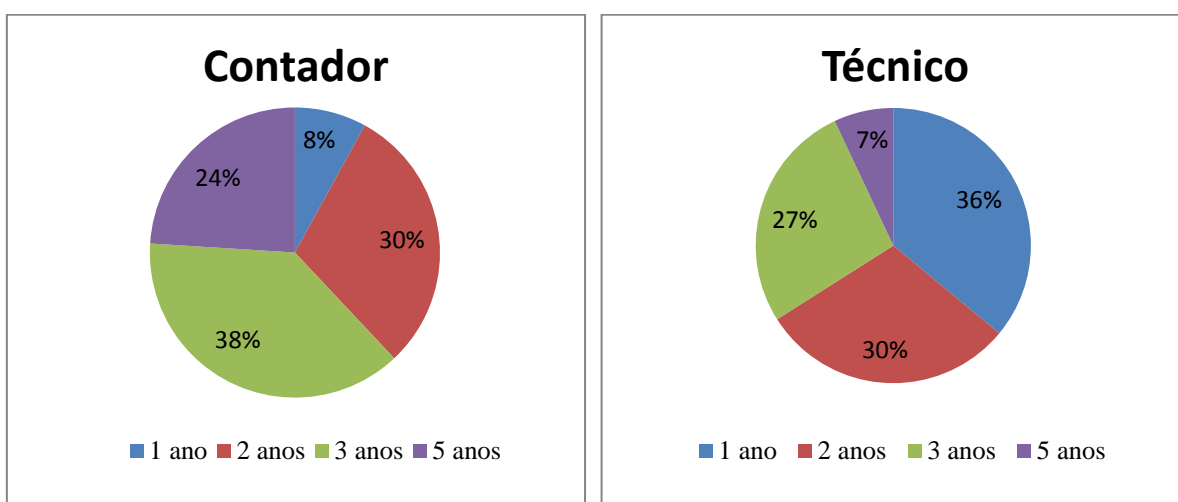
Para o contador, é notável um crescimento constante antes e após o advento da lei em estudo, indo de média 9% nos primeiros dez anos para 29% nos últimos dez após lei. Esse crescimento é justificado por Crepaldi (2006) que diz que, assim como outras áreas de

produção que precisam acompanhar a evolução econômica devido às mudanças e transformações que ocorre em um contexto globalizado e dinâmico, para adaptar-se as novas demandas do mercado de trabalho, a função da auditoria começa a ser valorizada e reavaliada, não somente como instrumento tradicional capaz de revelar erros, falhas e até fraudes organizacionais à alta administração, mas fundamental para indicar sugestões e soluções preventivas e educativas.

4.1.3 Tempo de Experiência

Para uma melhor análise foram utilizados os apenas períodos que apareceram com uma maior frequência que são 1,2,3 e 5 anos.

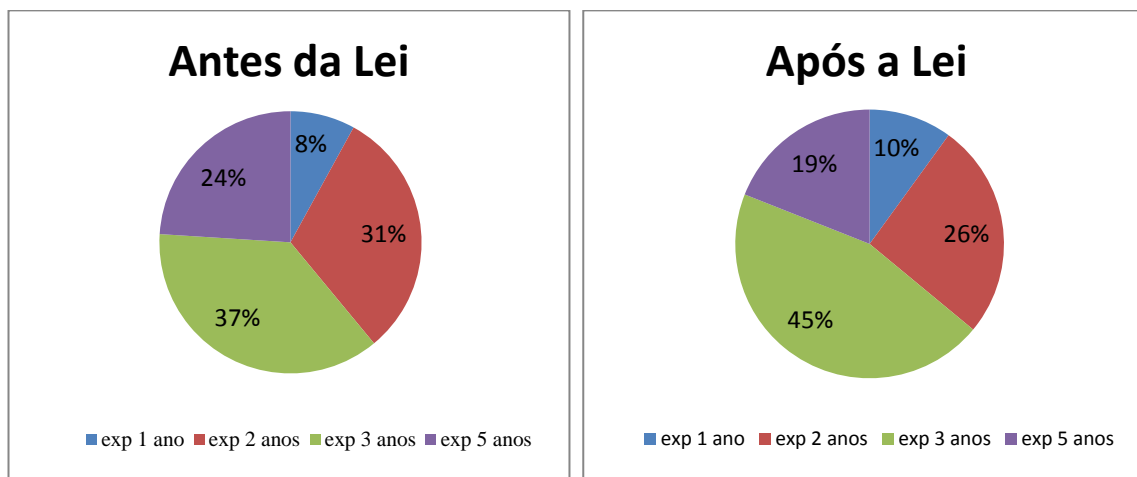
Gráfico 11: Quantidade da Demanda de Experiências



Fonte: Dados da Pesquisa 2017

No gráfico acima é mostrado os tempos de experiência demandados e sua quantidade com relação ao total. Do total de 702 classificados para o cargo de contador analisados, 279 trouxeram experiência como um pré-requisito, para técnicos 91 de 216 trouxeram como pré-requisito. É possível notar que para o cargo de Contador é pedido com maior frequência os valores maiores de experiência (3 e 5 anos), já para o técnico contábil é exigido uma quantidade menor de experiência (1 e 2 anos).

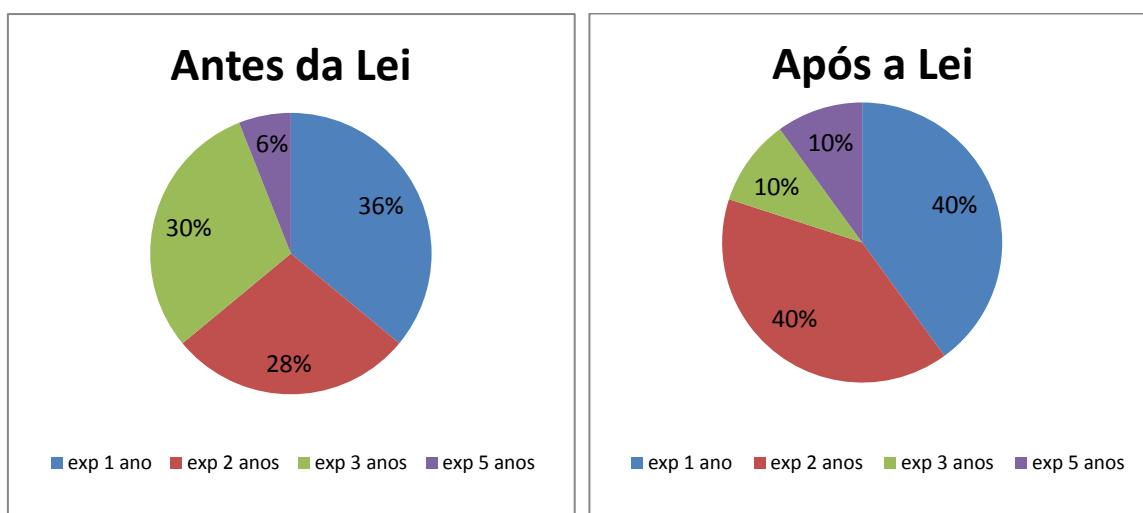
Gráfico 12: Evolução Demanda Experiência p/ Contador



Fonte: Dados da Pesquisa 2017

De acordo com os resultados do Gráfico 12, a pesquisa identificou que apesar das alterações nos percentuais, a ordem das exigências continuou a mesma. O tempo de experiência demandado para as funções de contador foram os períodos de 2 a 5 anos.

Gráfico 13: Evolução Demanda Experiência p/ Técnico Contábil



Fonte: Dados da Pesquisa 2017

O Gráfico 13 mostra a evolução da experiência como pré-requisito dentro dos classificados para Técnico. Os dados revelam que após o advento da lei, a exigência de 2 anos passou a ser muito mais requisitada, enquanto a de 3 anos menos. Para técnico é exigida uma experiência menor que a de contador, tendo predominância à experiência de 1 a 3 anos.

Dessa forma, de modo geral houve alterações significativas após o advento da lei em estudo em todas as divisões da pesquisa. Nas qualificações tanto para contador e para técnico em sua maioria houve um aumento em sua demanda, com exceção do Registro no Conselho.

Nas áreas de conhecimento, todas tiveram um aumento em sua demanda ou a mantiveram constantes após o advento da lei com exceção dos conhecimentos relacionados a gerenciamento de tributos, mesmo esse sendo o conhecimento mais requisitado pelas organizações para ambas as funções.

Com relação ao tempo de experiência, para o contador é requisitado os maiores períodos antes e após a Lei, para técnico os períodos de passaram a ser cobrados em menor quantidade.

CONCLUSÃO

A Contabilidade é tratada como a linguagem dos negócios e como uma ferramenta de imensa importância na tomada de decisões por parte de seus usuários. Com isso, harmonização das práticas contábeis no âmbito internacional tem se tornado uma realidade e se insere no contexto da globalização dos mercados e da presença de capital estrangeiro cada vez mais relevante em nosso país. Em meio a esse ambiente o qual sofre constantemente mudanças, o objetivo deste trabalho foi identificar quais são as exigências do mercado de trabalho para o cargo de contador e técnico Contábil antes e após a instituição da lei 11.638, apontando as mudanças caso tenha.

Os dados apresentados mostram que no que diz respeito à qualificação para o profissional contador, foi exigido em maior quantidade o ensino superior e a informatização. Estes apresentaram médias de demanda praticamente constantes ao longo do período total, tendo um pequeno crescimento em sua após o advento da lei estudada. A exigência da qualificação Pós-graduação também teve um crescimento considerável após o advento da lei, ao contrário do Registro no Conselho, que teve uma redução em sua demanda após o período. Com relação ao Técnico Contábil, todas as qualificações tiveram um aumento em sua demanda após o advento da lei, com exceção do Registro no Conselho o qual pode ser justificado também com a Lei nº 12.249/2010, que atualizou o Decreto-lei nº 9.295/1946. Com relação às áreas de conhecimento, a Contabilidade Fiscal/Tributária, Contabilidade Geral e Contabilidade Financeira foram as mais requisitadas para as duas funções, as demais áreas tiveram valores poucos expressivos, principalmente a de Auditoria, o qual o técnico possui limitações. As áreas Contabilidade Geral e Financeira tiveram crescimento em sua demanda após o advento da lei, já os conhecimentos tributários como exigência, teve uma redução após o período de 2007. Na divisão experiência foi visto que apesar pequenas variações, para o contador a demanda experiência não sofreu alterações quanto aos períodos, para técnico os períodos foram sendo reduzidos. No cargo de Contador são pedidos com maior frequência os valores maiores de experiência (2 a 5 anos), já para o técnico contábil é exigido uma quantidade menor de experiência (1 a 3 anos), além de ter uma diminuição ao longo dos anos nesse requisito.

As alterações mais significativas apresentadas nos resultados vieram de forma aleatória e se devem principalmente ao fato da grande diminuição no número de classificados de destaque ao longo dos anos, afetando principalmente os últimos períodos. Essa redução no número de classificados se deve ao fato do grande avanço tecnológico ao longo dos anos, o

qual pela rapidez e comodidade faz os profissionais da área optarem por procurar emprego na internet ao invés do jornal, impactando diretamente a quantidade de ofertas neste. Porém, sabendo das diversas mudanças advindas da lei 11.638, é perceptível que houveram mudanças crescentes nas demandas de diversas áreas de conhecimento e das qualificações dentro das exigências do mercado de trabalho logo após o período de advento da referida lei.

É demonstrado que, em decorrência das atualizações dos diversos normativos e consequentes impactos destes na contabilidade é de suma importância à capacitação constante por parte dos profissionais contábeis, pois estas alterações refletem nas exigências do mercado. Como continuidade desta pesquisa, outros estudos podem ser feitos, procurando uma avaliação de anúncios dentro de meios modernos, como agências de empregos e internet.

REFERENCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BLB Brasil; Escola de Negócio. Acesso em: 2 de outubro de 2017. Disponível em:

<http://portal.blbbrasilescoladenegocios.com.br/mercado-de-trabalho-em-contabilidade/>

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti Almeida. **Mudanças contábeis na lei societária: Lei nº 11.638, de 29-12-2007**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei 6404/76, e da Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976, e estabelece às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm Acesso em: 4 de outubro de 2017

BRASIL. **Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm Acesso em: 4 de outubro de 2017

BRASIL. **Lei 9.295, de 27 de maio de 1964**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm Acesso em 4 de outubro de 2017.

CAVALCANTE; Renata Norberto; **Padronização das Normas Contábeis** (2008).

<https://www.classecontabil.com.br/artigos/padronizacao-das-normas-contabeis> Acesso em 1 de novembro de 2017.

Conselho Regional de Contabilidade SP; **O Profissional da Contabilidade, cursos e mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal/profissao/o-profissional.htm> Acesso em: 25 de outubro de 2017.

CORREIO BRAZILIENSE 2017; AZEREDO. **Mercado de trabalho reflete cenário econômico, diz IBGE sobre desemprego**. Acesso em: 26 de novembro de 2017. Disponível em:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/03/31/internas_economia,585101/mercado-de-trabalho-reflete-cenario-economico-diz-ibge-sobre-desemprego.shtml

COSIF, Portal de Contabilidade; **Ramificações e Especializações da Contabilidade**; Acesso em: 19 de outubro de 2017; Disponível: <http://cosif.com.br/publica.asp?arquivo=especializa1>

CREPALDI; Silvio Aparecido; Portal da Classe Contábil; **Origem, evolução e desenvolvimento da auditoria** (2006). Acessado em: 15 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.classecontabil.com.br/artigos/origem-evolucao-e-desenvolvimento-da-auditoria>

DE PAULA (2016); Edmilson Antônio; **A Ciência Contábil e suas ramificações** (2016). Disponível em: <http://blogedmilsondepaula.com.br/ciencia-contabil-e-suas-ramificacoes/> Acesso em: 1 de novembro de 2017.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo, Prentice Hall, 2004.

DURIGON; Almir Rodrigues; **O perfil do Contador no Século XXI**. Disponível em: <https://www.classecontabil.com.br/artigos/o-perfil-do-contador-no-seculo-xxi> Acesso em: 21 de outubro de 2017

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 288p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade Para o Nível de Graduação**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina **Teoria da Contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009, p 7, 19, 24,

JOSÉ; Diogo; (2012) **Qualificação profissional: sua relevância como ferramenta de desenvolvimento da carreira**. Acesso em: 22 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/qualificacao-profissional-sua-relevancia-como-ferramenta-de-desenvolvimento-da-carreira/61088/>

LISBOA, Lázaro. FIPECAFI/FEA/USP. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NETO, João Estevão; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, outubro/dezembro 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. Ed. São Paulo: Atlas, 2006, 2008.p15,38.

NIYAMA, Jorge Katsumi; TIBÚRCIO, César Augusto. **Teoria da Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NIYAMA, Jorge Katsumi; TIBÚRCIO, César Augusto. **Contabilidade para concursos e exame de suficiência**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NIYAMA, Jorge Katsumi; TIBÚRCIO, César Augusto. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008, p309.

Rede Jornal Contábil; Acesso em: 17 de outubro de 2017. **Como está atualmente o mercado de trabalho para a contabilidade?** Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/como-anda-atualmente-o-mercado-de-trabalho-para-contabilidade/>

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado (Org.). **Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária – FEA/USP entre números e palavras**. p152-154

SAGE BLOG (2017); **Qual a diferença entre Contador e Técnico Contábil**; Disponível em: <https://blog.sage.com.br/qual-a-diferenca-entre-contador-e-tecnico-contabil/> Acesso em: 22 de outubro de 2017.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; MACHADO, Nilson Perinazzo; **Fundamentos da Teoria da Contabilidade**. Livro digital, vol. 6, São Paulo, Atlas, 2005.

SILVA, Wellington Souza; **Mercado de Trabalho**; Acesso em: 10 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/mercado-de-trabalho/>